

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

SEÇÃO ARTIGOS

**Equidade e Contextualização na BNCC:
limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia**

**Equity and Contextualization at BNCC:
limits and possibilities for critical and citizenship education in Geography teaching**

**Equidad y Contextualización en BNCC:
límites y posibilidades de la educación crítica y ciudadana en la enseñanza de la
Geografía**

DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v10i23.61715>

 [Leila Cristina Sampaio Melo Nunes](#)¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
Rio Grande do Norte, Brasil
e-mail: leilasampaio28@gmail.com

 [Celso Donizete Locatel](#)²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
Rio Grande do Norte, Brasil
e-mail: celso.locatel@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu impacto na educação, com ênfase nas orientações para o Ensino Médio voltadas para o ensino de Geografia. A pesquisa qualitativa, com suporte bibliográfico e documental, questiona se o modelo proposto pode inadvertidamente perpetuar práticas educacionais que reproduzem as desigualdades sociais e atendem aos interesses dominantes da classe burguesa, em vez de promover uma educação que verdadeiramente transforme a sociedade. Os resultados revelam que, apesar de a BNCC enfatizar a contextualização e a adaptabilidade curricular, ainda impõe um modelo restritivo ao exigir um currículo mínimo que não se adequa as diversidades e desigualdades regionais. Conclui-se que, para uma educação realmente inclusiva e transformadora, é necessário que os currículos sejam elaborados com a participação ativa dos professores, gestores e comunidades, respeitando as necessidades e realidades locais, para assim combater a reprodução das desigualdades sociais.

Palavras-chave

Ensino Médio; Práticas educacionais; Interesses dominantes; Currículo; Reprodução.

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2017); especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) (2019); Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional de Geografia da UFRN (2022). Atua como professora de Geografia na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

² Possui graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Jales (UNIJALES) (1991), graduação em Pedagogia pela UNIJALES (1993), mestrado (2000) e doutorado (2004) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com estágio de doutorado na Universidade de Barcelona (UB) (2003). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ministrando aulas nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Integra o corpo docente do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

This article analyzes the National Common Curricular Base (BNCC) and its impact on education, with an emphasis on the guidelines for Secondary Education aimed at the teaching of geography. The qualitative research, supported by bibliographic and documentary sources, questions whether the proposed model may inadvertently perpetuate educational practices that reproduce social inequalities and serve the dominant interests of the bourgeois class, rather than promoting an education that genuinely transforms the society. The findings reveal that, despite the BNCC's emphasis on contextualization and curricular adaptability, it still imposes a restrictive model by enforcing a minimum curriculum that does not accommodate regional diversities and inequalities. It is concluded that, for education to be truly inclusive and transformative, curricula must be developed with the active participation of teachers, administrators, and communities, respecting local needs and realities in order to combat the reproduction of social inequalities.

Keywords

Secondary Education; Educational practices; Dominant interests; Curriculum; Reproduction.

Resumen

El presente artículo analiza la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y su impacto en la educación, con énfasis en las orientaciones para la Educación Secundaria enfocados a la enseñanza de la geografía. La investigación cualitativa, con soporte bibliográfico y documental, cuestiona si el modelo propuesto puede, inadvertidamente, perpetuar prácticas educativas que reproducen las desigualdades sociales y atienden a los intereses dominantes de la clase burguesa, en lugar de promover una educación que verdaderamente transforme la sociedad. Los resultados revelan que, a pesar de que la BNCC enfatiza la contextualización y la adaptabilidad curricular, aún impone un modelo restrictivo al exigir un currículo mínimo que no se adapta a las diversidades y desigualdades regionales. Se concluye que, para una educación realmente inclusiva y transformadora, es necesario que los currículos sean elaborados con la participación activa de los profesores, gestores y comunidades, respetando las necesidades y realidades locales, para así combatir la reproducción de las desigualdades sociales.

Palabras clave

Educación Secundaria; Prácticas educativas; Intereses dominantes; Currículo; Reproducción;

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo em concordância com o Artigo 210 da Constituição Federal de 1988 que orienta o desenvolvimento de um currículo mínimo para o Ensino Fundamental no Brasil. Em conformidade com esse artigo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no inciso IV do Artigo 9, destacou a participação obrigatória de Estados e Municípios na elaboração das “competências e diretrizes” que orientariam a elaboração do currículo para a educação básica (Brasil, 2018).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi modificada, em 2017, para incluir a determinação de direitos e objetivos de aprendizagem específicos para o Ensino Médio, além das competências e habilidades comuns à Educação Básica, conforme estabelecido pela Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio). De acordo com a BNCC, ao adotar essa abordagem,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia **Essays of Geography | POSGEO-UFF**

as decisões pedagógicas devem ser direcionadas para o desenvolvimento de competências (Brasil, 2018, p. 13).

O presente artigo orienta-se pelo entendimento de que não é viável a concepção de um modelo único de educação para o país, ainda que considerado uma “base”. Tal modelo não leva em conta as diversidades e desigualdades regionais nos contextos sociais e educacionais, as necessidades de aprendizagem de cada grupo, a autonomia das escolas e professores, além das reais dificuldades de cada unidade escolar, que abrangem desde a carência de recursos pedagógicos e de profissionais, até dificuldades estruturais.

Ao observar a proposta de desenvolvimento de competências idênticas para diferentes grupos em realidades totalmente distintas, surgiram os seguintes questionamentos iniciais: a BNCC pode influenciar práticas de ensino que reproduzam a sociedade? Quem são os interessados em promover um modelo de ensino que se distancia da educação para a transformação social? O que os professores da Educação Básica podem fazer para ir além do modelo proposto e promoverem a educação como uma forma de transformar a sociedade?

Para responder às perguntas, foi feita a leitura crítica da BNCC, paralela à leitura bibliográfica de obras como as de Giroto (2017), Aguiar (2018) e Lopes (2019), que deram suporte às interpretações do documento, para a compreensão do que estava nas entrelinhas, das ideias implícitas que promovem práticas de ensino voltadas à “reprodução da sociedade”. Portanto, esta é uma pesquisa qualitativa, com suporte bibliográfico e documental. Com os resultados, espera-se demonstrar qual é a influência da BNCC sobre práticas de ensino que se distanciam da educação como forma de transformação da sociedade, bem como incentivar as secretarias de ensino e os professores da educação básica a analisarem criticamente as normas que chegam até as escolas de maneira verticalizada, propondo adaptações às propostas normativas que promovam a educação para além do reprodutivismo.

Existem diversas perspectivas sobre o papel da educação na sociedade. Luckesi (1990) as analisa e classifica, destacando inicialmente aquela que considera a educação como uma forma de “reprodução da sociedade”, sugerindo que ela é usada principalmente para perpetuar as ideologias dominantes, alinhadas aos interesses da burguesia. Nessa visão, a educação é o meio pelo qual a sociedade mantém e forma sua força de trabalho, um fator principal na

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

estrutura da produção de bens materiais. A educação qualifica tecnicamente e, ao mesmo tempo, submete os indivíduos a normas sociais estabelecidas, garantindo a manutenção do discurso dominante. Assim, a escola se torna uma das instituições que atuam em favor da reprodução de grupos hegemônicos.

Antes de buscar orientar seus planejamentos com base nas habilidades exigidas pela BNCC, os professores devem ter a compreensão clara dos objetivos que pretendem alcançar e daqueles essenciais para a formação dos sujeitos. Para a efetiva transformação social, é indispensável ir além das determinações de habilidades pré-definidas que orientam a reprodução da sociedade por meio da educação. Diante disso, destaca-se a importância do protagonismo dos professores na elaboração de seus planejamentos, delineando objetivos gerais e específicos para além dos parâmetros da Base e em sintonia com as necessidades do seu público.

Desafios e implicações da BNCC na Educação Básica: equidade e contextualização

A BNCC estabelece que os currículos da Educação Básica devem ser formulados e contextualizados conforme as realidades locais, enquanto as competências e diretrizes devem ser comuns nacionalmente. Lopes (2019) questiona a imposição da proposta curricular de abrangência nacional apresentada pela BNCC, argumentando que existem diversas realidades presentes nas escolas de todo o país. O autor alerta que, apesar de propor a contextualização, a BNCC é o documento que efetivamente orienta e, ao mesmo tempo, restringe as interpretações possíveis pelas secretarias, escolas e professores.

Segundo a Base, o compromisso com a formação integral na Educação Básica tem como objetivo desenvolver as dimensões intelectual e pessoal, abrangendo os aspectos afetivos, simbólicos, físicos, morais, éticos e sociais. A educação integral, de acordo com a BNCC, é a:

[...] construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir (Brasil, 2018, p. 14).

Na leitura da introdução da BNCC, destacou-se um ponto específico sobre a equidade como referência para as decisões curriculares e práticas pedagógicas. O texto aborda a

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

naturalização das desigualdades sociais, propondo que incorporar a ideia de equidade nas práticas escolares e de ensino é essencial para superar a exclusão e a marginalização de determinados grupos (Brasil, 2018, p. 15). Diante disso, é crucial verificar se o documento oferece orientações específicas para lidar mais diretamente com essas questões, incentivando práticas de ensino voltadas para a transformação social.

À União são atribuídas tarefas importantes, como a coordenação do processo e a correção das desigualdades. No entanto, ainda não está claro quais medidas serão adotadas para mitigar essas desigualdades e equalizar a educação em todo o país.

Nesse regime de colaboração, as responsabilidades dos entes federados serão diferentes e complementares, e a União continuará a exercer seu papel de coordenação do processo e de correção das desigualdades. [...] Compete ainda à União, como anteriormente anunciado, promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (Brasil, 2018, p. 21).

Uma questão persistente em relação à abordagem da equidade pela BNCC é se as desigualdades nas escolas são discutidas no planejamento social, econômico e político do país, para serem efetivamente resolvidas pelas instituições responsáveis. A desigualdade na educação, que reflete a desigualdade social no país, será superada principalmente por meio de políticas públicas, indo além de ações equitativas pontuais. Para garantir a prática educativa equitativa, é necessário um planejamento adequado, alocação de recursos e, acima de tudo, o reconhecimento dos efeitos da desigualdade social sobre a educação.

A BNCC destaca a importância da contextualização para adaptar os currículos às características locais. O documento delinea pontos para estruturar práticas que representem a realidade local, permitindo que professores e escolas abordem o cotidiano e as vivências dos sujeitos. Isso possibilitaria a construção de novos conhecimentos e a percepção mais precisa da realidade vivida.

Apesar da importância da contextualização e da adaptabilidade curricular, a BNCC impõe um desafio ao determinar um modelo de currículo único. Na visão de Lopes (2019), não há necessidade nem possibilidade de existência de um currículo único para todas as escolas, pois os currículos precisam ser construídos para atender demandas e necessidades diversas. Freire (1987) reforça essa perspectiva ao defender que a educação deve partir da realidade

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia **Essays of Geography | POSGEO-UFF**

concreta dos educandos, promovendo uma pedagogia da libertação que valorize suas culturas e experiências. A educação a partir da realidade concreta permite que os sujeitos compreendam melhor suas próprias vidas e as transformações sociais ao seu redor, tornando-se agentes críticos e ativos na sociedade. Saviani (2013) complementa essa visão, enfatizando que a escola deve ser um espaço onde se adquirem conhecimentos que dialogam com as necessidades e os problemas sociais dos alunos.

A contextualização e adaptabilidade do currículo são fundamentais para uma educação que realmente faça sentido para os estudantes e que responda às suas necessidades e realidades locais. Porém, para que a educação seja transformadora e inclusiva, os currículos devem ser construídos com a participação ativa de professores, gestores e comunidades, permitindo a abordagem mais personalizada e contextualizada, pois estão inseridos direta ou indiretamente no cotidiano dos alunos.

Formação integral no Ensino Médio: entre a cidadania e o mercado de trabalho

Após a revisão da introdução do documento, a análise se concentrou na seção dedicada ao Ensino Médio, na qual se constatou que as primeiras palavras da BNCC (Brasil, 2018, p. 463) expressam uma preocupação com a formação dos sujeitos para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania, o que gera alguns questionamentos: é possível equilibrar a preparação dos sujeitos para o mercado de trabalho e o desenvolvimento das suas habilidades criativas, o pensamento crítico, além do estímulo ao exercício da cidadania ativa? Como preparar sujeitos para o mercado de hoje, no qual atuarão no futuro, quando as tecnologias modificam os ambientes e as relações de trabalho constantemente?

Sem mencionar diretamente as implicações da formação para o mercado de trabalho nas escolas, Freire (1987) critica qualquer abordagem educacional que reduza os sujeitos a meros instrumentos para atender às demandas da classe dominante, sem considerar sua plena humanidade e potencial como agentes de mudança social. Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, Saviani (2013) enfatiza a importância da escola como um espaço onde os indivíduos adquirem os conhecimentos e habilidades necessários para se tornarem cidadãos participativos e críticos. Ele defende uma educação que vá além da mera transmissão de conteúdos, buscando desenvolver o pensamento reflexivo e a capacidade analítica dos sujeitos.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Ao abordar as juventudes, o Ensino Médio e seus propósitos, o documento resume as funções que a escola deve desempenhar para se adequar à diversidade desse público, visando estimular seu protagonismo na singularidade dos seus processos de escolarização. No entanto, nas considerações iniciais, não são mencionados de forma objetiva os aspectos relacionados às desigualdades sociais ou estruturais que impactam negativamente as perspectivas dos sujeitos, especialmente os menos favorecidos. Além disso, não há orientações nesta seção que incentivem práticas de uma educação transformadora.

A interpretação crítica da BNCC, que é a base dos currículos, possibilita que os professores realizem as adaptações necessárias para uma educação transformadora. No entanto, até as possibilidades de interpretação são restringidas pelo próprio documento. Apesar dessas restrições, é viável considerar, como pertinentes à proposta, questões intrínsecas à realidade dos indivíduos, que são sujeitos atuantes no espaço geográfico, conforme apresentado na BNCC:

O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo (Brasil, 2018, p. 463).

As desigualdades persistentes resultantes da gestão ineficiente do território nacional impactam o presente e o futuro dos indivíduos. Portanto, é essencial desenvolver a habilidade de leitura crítica do espaço geográfico para compreender as contradições reproduzidas pela estrutura social, que demonstra pouco interesse em assegurar os direitos básicos da população, afetando principalmente a classe trabalhadora.

Em consonância com o Artigo 35 da LDB, a BNCC delinea as finalidades do Ensino Médio, que são: consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; oferecer preparação básica para o trabalho e a cidadania; aprimorar o educando como pessoa humana; e proporcionar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos (Brasil, 2018). Essas finalidades estão alinhadas com o que é apresentado na introdução do documento em relação à busca pela formação integral. O texto esclarece que a preparação para o trabalho não visa inserir os sujeitos precocemente no mercado, mas capacitá-los para adquirir competências que favoreçam uma postura ativa, crítica, criativa e responsável,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

possibilitando que sigam seus projetos de vida e se adaptem à realidade com maior aptidão (Brasil, 2018).

Ainda que tenha como objetivo incentivar a autonomia dos sujeitos, a questão permanece controversa, pois o que se pretende não condiz com o que é orientado:

Em outros termos, o texto da BNCC afirma constantemente o protagonismo juvenil, a pluralidade, a diversidade, a construção do currículo na escola, porém a organização por competências contraria tais princípios, tentando impor limites e metas às possíveis formas de organização curricular na escola e mesmo aos possíveis e diferentes itinerários formativos (Lopes, 2019, p. 70).

Um dos objetivos da BNCC é que a nova estrutura curricular do Ensino Médio conceda aos jovens a liberdade de fazer suas escolhas, mas essas escolhas são limitadas pelas predefinições de futuro idealizadas por um grupo de pessoas para outro, conforme a organização por competências proposta no documento.

As finalidades do Ensino Médio, mencionadas anteriormente, fundamentam a construção das competências e habilidades exigidas nesta etapa. A identificação dessas exigências é o ponto de partida para a necessária reelaboração dos currículos, conforme indicado pela BNCC. Esta aponta que o modelo único de currículo possui um excesso de elementos curriculares e métodos educacionais distantes das culturas juvenis, das exigências do mercado de trabalho e das dinâmicas e questões sociais contemporâneas (Brasil, 2018).

Enquanto a BNCC critica o excesso de componentes curriculares e estabelece os saberes mínimos para garantir o “desenvolvimento” dos sujeitos, Aguiar (2018) argumenta que não cabe à BNCC restringir a aprendizagem impondo um currículo mínimo. A autora defende uma educação que valoriza a liberdade e a diversidade de ideias, visando, entre outras coisas, superar as desigualdades entre regiões e grupos sociais.

É importante considerar, como eixo fundamental de uma proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a garantia dos princípios constitucionais de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. [...] Todas essas proposições se articulam a garantir a democratização do acesso e permanência do estudante nas instituições educativas com condições de participação e aprendizagem e desenvolvimento, visando superar as sérias assimetrias regionais e sociais (Aguiar, 2018, p. 19).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

A BNCC propõe que a escola de Ensino Médio represente, por meio do Projeto de Vida, os aspectos da realidade social, capacitando os sujeitos a alcançarem seus objetivos pessoais e desenvolvendo suas capacidades de forma holística. A escola desempenha igualmente o papel de guiar os alunos em suas decisões, promovendo seu desenvolvimento nas esferas pessoal, social e profissional. Isso envolve assegurar a aquisição dos conhecimentos essenciais e apoiar a construção de competências e habilidades alinhadas com as escolhas futuras dos sujeitos, com ênfase no mundo do trabalho. Como destacado por Lopes (2019, p. 68): “ressoam em todo o texto [...] rastros de um viés eficientista, na medida em que as aprendizagens consideradas necessárias são aquelas sintonizadas com os desafios da sociedade contemporânea”.

Lopes (2019) ressalta ainda que a BNCC reforça o modelo de educação que exige dos sujeitos o alcance de metas predefinidas; assim, a proposta de integração curricular do Ensino Médio não permite a flexibilidade dos currículos, controlando o projeto de vida dos sujeitos. Para a efetiva educação transformadora, não é aceitável restringir a formação dos indivíduos, já que qualquer elemento subjetivo no processo educativo escaparia dessa restrição.

Em vez de estabelecer restrições, ao elaborarem os currículos, as secretarias precisam considerar as necessidades apontadas pelos gestores e professores das unidades escolares, os quais convivem diretamente com o público e os desafios da educação. A partir dessa compreensão, é possível elaborar estratégias para atender às demandas reais. Simplesmente aceitar as orientações da BNCC na sua integralidade é colaborar com a perpetuação dos discursos hegemônicos que atravessam as normas.

Os Itinerários Formativos foram criados como opção de flexibilização dos conteúdos para o Ensino Médio, tendo quatro eixos estruturantes que formam a base para elaboração dos currículos locais, específicos para os Itinerários. As possibilidades de ampliação da oferta dos Itinerários se limitam ao suporte, estrutura e recursos que cada escola possui. Sendo assim, a escola e, principalmente, a rede pública de ensino, não têm total autonomia para gerenciar os Itinerários ofertados, pois está sujeita às instituições superiores que possam atender as necessidades de recursos das escolas. Como reflexo disso, os estudantes oriundos da classe trabalhadora não possuem opções formativas, tendo que seguir o Itinerário que a escola pode ofertar. Sobre essa questão, Lopes (2019, p. 67) afirma que: “o tão enfatizado protagonismo

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

juvenil, associado à escolha do que estudar, torna-se submetido às possibilidades de escolas e redes, algo que, para seu estabelecimento, a juventude não tem o poder de interferir diretamente”.

A Competência Específica I e o papel da educação na formação de cidadãos ativos e críticos

Ao analisar as orientações para desenvolvimento das competências específicas da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, enfatizou-se a Competência Específica I e as habilidades relacionadas diretamente à formação dos sujeitos como cidadãos ativos, conscientes dos processos cotidianos que os cercam.

A Competência Específica I propõe que o estudante do Ensino Médio desenvolva a capacidade de:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (Brasil, 2018, p. 571).

Os conteúdos implícitos nessa competência podem exercer influência direta no cotidiano dos sujeitos, são inerentes à realidade socioespacial e formam competências analíticas sobre o espaço geográfico. O posicionamento crítico, nesse contexto, implica não apenas na análise individual de cada processo, mas na busca por compreender sua dinâmica, as inter-relações entre eles e o espaço. Isso implica afastar-se da visão fragmentada dos objetos de estudo, uma vez que os fenômenos e processos não ocorrem de forma isolada.

A Competência Específica I destaca a importância da cidadania:

A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, para que os estudantes compreendam a importância de sua participação e sejam estimulados a atuar como cidadãos responsáveis e críticos, essa competência específica propõe que percebam o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos (Brasil 2018, p. 578).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

Estimulando os alunos como cidadãos, os conteúdos focados no desenvolvimento dessa competência os capacitariam a compreender suas responsabilidades sociais e a desenvolver a capacidade crítica em relação ao lugar onde vivem e aos quais estão conectados. No entanto, é importante que os currículos locais e os professores ampliem essa abordagem, trabalhando conteúdos que permitam aos indivíduos desenvolver a habilidade de identificar e analisar o contexto social, relacionando-o aos sujeitos e suas ações, que corroboram para a manutenção da realidade desigual que impacta negativamente suas vidas.

Outra questão tratada na Competência Específica I que pode se alinhar à proposta de educação para além do reprodutivismo trata dos Direitos Humanos. Ao abordar essa questão em sala de aula, é necessário ir além das orientações da BNCC, pois, conforme Nunes (2022, p. 49), no documento, “omitem-se os sujeitos e a estrutura que violam os Direitos Humanos e deslegitimam seus preceitos, algo essencial para o completo entendimento das origens e manutenção das desigualdades e injustiças sociais”.

A implementação dessa competência deve ser acompanhada do esforço contínuo para contextualizar e adaptar os currículos às realidades locais, fortalecendo a capacidade crítica dos estudantes. Somente através de uma abordagem educacional que reconheça e confronte as desigualdades estruturais será possível formar cidadãos que não apenas compreendam sua realidade, mas também estejam preparados para transformá-la. A educação deve ser vista como um processo dinâmico e inclusivo, capaz de promover a participação ativa e a cidadania crítica, contribuindo para uma sociedade mais democrática e equitativa.

Por outro lado, um aspecto do documento que se associa ao modelo de educação como reprodução da sociedade é a influência e o interesse de agentes do capital sobre a proposta da Base. Girotto (2017, p. 67) menciona duas instituições diretamente ligadas à elaboração da BNCC: o Banco Mundial e a Fundação Lemann. Lopes (2019) identificou outros interessados em sua implementação, especialmente nos itinerários formativos, como a Fundação Roberto Marinho, o Itaú Social, o Instituto Natura e o Instituto Península. A participação direta ou indireta de instituições que compõem a classe dominante é uma demonstração da influência desse grupo sobre os caminhos da educação brasileira. Com base nessa leitura, Nunes (2022) afirma que:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

[...] a educação tem sido, também, instrumento de manutenção da hegemonia, beneficiando grupos dominantes que encontraram na educação uma fonte de acumulação de capital, com o apoio dos representantes do Estado brasileiro, aqueles que deveriam prezar pela democratização da educação e pela transformação da sociedade para que se tornasse justa, como bem assinala a Constituição (Nunes 2022, p. 54).

Os grupos dominantes estão empenhados em se apropriar das análises das situações de desigualdade impostas pelo capitalismo. Segundo Santos (2014), esses grupos disseminam a ideia de que a desigualdade é natural, mantendo assim as estruturas de dominação em uma sociedade injusta que serve aos interesses do capital. Para eles, é crucial moldar as mentalidades das massas, fazendo com que aceitem tais injustiças como parte inevitável da vida em sociedade, estabelecendo um comportamento padrão que minimize questionamentos e resistência à hegemonia dos grupos dominantes.

A influência de agentes do capital na elaboração da BNCC revela um aspecto preocupante da educação brasileira: a possibilidade de que as políticas educacionais sejam moldadas mais pelos interesses econômicos de grupos dominantes do que pelas necessidades reais dos sujeitos e da sociedade. Essa situação demanda a vigilância constante e o esforço coletivo para garantir que a educação cumpra seu papel emancipador, promovendo a democratização do conhecimento e a formação de cidadãos críticos e atuantes.

Para enfrentar essa realidade, educadores, gestores e a sociedade civil como um todo precisam estar atentos e engajados na construção de um currículo que reflita as demandas e necessidades locais, e que promova uma educação crítica e transformadora. Assim, será possível romper as amarras do sistema que favorece a reprodução das desigualdades e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Em vez de reproduzir o modelo de sociedade desigual, a educação deve ser um elemento de transformação, pelo qual os sujeitos possam desenvolver plenamente suas capacidades e contribuir para a construção de um futuro mais justo para todos.

Considerações Finais

A política neoliberal seguida pelo Estado, que privilegia o crescimento econômico, utiliza a educação como um dos meios para esse crescimento, moldando-a por meio de normas, políticas e documentos. Com isso, a educação passa a ter como objetivo principal a formação para o trabalho e a reprodução do capital. O poder político atua sobre os conteúdos pedagógicos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

por meio de documentos normativos, da gestão das políticas e programas educacionais, buscando inclusive ou exclusivamente atender aos interesses do capital.

Por estar em posição de dependência financeira de instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial, o Brasil, como um país em desenvolvimento, precisa aceitar as imposições dessas instituições, que atuam diretamente sobre as políticas educacionais das redes públicas de ensino. Disfarçadas de políticas de desenvolvimento, essas imposições são recebidas pela sociedade como um caminho de esperança para um futuro melhor (Soares, 2020).

Este artigo buscou demonstrar como a BNCC contém, de forma implícita e explícita, discursos e interesses hegemônicos que influenciam o trabalho diário dos professores da educação básica. No entanto, essa influência nem sempre é percebida pelos docentes. Para alcançar esse objetivo, foram analisados trabalhos anteriores de outros pesquisadores, cuja leitura analítica revelou que, mesmo quando os professores se propõem a realizar uma leitura crítica da BNCC, é complexo identificar orientações contrárias à educação transformadora presentes nas entrelinhas do documento.

Portanto, é recomendável que, além da leitura da BNCC, os professores consultem trabalhos que analisem esse documento. Essas análises podem ajudar os docentes a identificar as orientações que influenciam suas práticas de ensino. Ao compreenderem as intenções implícitas na BNCC, os professores podem se autoavaliar e verificar se suas práticas pedagógicas estão alinhadas com um modelo de educação que reproduz a sociedade.

É essencial que os sujeitos se reconheçam como parte integrante da sociedade, compreendendo seus deveres e direitos. Isso lhes permite identificar quando seus direitos são negados ou distribuídos de maneira desigual. O espaço geográfico reflete essas desigualdades e a violação dos direitos básicos, embora os impactos dessas injustiças atinjam negativamente apenas uma determinada classe social, a classe trabalhadora.

Nesse sentido, a Geografia escolar é considerada especialmente relevante, pois é responsável por formar percepções espaciais que abrangem tanto os aspectos físicos quanto as diversas relações sociais que moldam o cotidiano. Auxiliar os indivíduos a se perceberem como sujeitos inseridos em uma sociedade com classes sociais antagônicas, bem como a reconhecerem seu papel dentro dessa estrutura, é fundamental para alcançar a liberdade da

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

classe oprimida. Dessa forma, o ensino da Geografia deve, entre seus demais objetivos, estabelecer conexões com a realidade vivida e incitar reflexões sobre o modelo de sociedade que suprime a liberdade e a dignidade da classe trabalhadora, que só poderão ser plenamente alcançadas por meio da justiça social efetiva.

Referências

AGUIAR, M. A. da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. *In*: AGUIAR, M. Â. da S; DOURADO, L. F. (Org). **A BNCC na contramão do PNE 2014- 2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 jan. de 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIROTTO, E. D. Dos PCNs a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. Disponível em: doi:10.12957/geouerj.2017.23781. Acesso em: 12 jan. 2024.

LOPES, A. C. **Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2024.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

NUNES, L. C. S. M. **Por um ensino de geografia para além do reprodutivismo: sequência didática sobre classes sociais, desigualdade e cidadania**. 2022. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOARES, F. P. **A influência do Banco Mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/41843/html>. Acesso em: 07 jan. 2024.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NUNES, Leila Cristina Sampaio Melo; LOCATEL, Celso Donizete. Equidade e Contextualização na BNCC: limites e possibilidades para a educação crítica e cidadã no ensino de Geografia. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 23, e102323, 2024.

Submissão em: 01/02/2024. Aceito em: 16/11/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons